

ELETRICIDADE E COVID-19
CENÁRIO INTERNACIONAL E
MEDIDAS DE RESPOSTA



África

África do Sul

A empresa estatal Eskom, detentora do monopólio sobre a geração, transmissão e distribuição de energia no país, anunciou, já no dia 27 de março, ter registrado uma queda de 7.500 MW na demanda por eletricidade. Como efeito de curto prazo, foram suspensos temporariamente os cortes programados de energia ('load shedding'), implementados de forma recorrente para equilibrar o déficit na oferta de energia no país. A Eskom informou, inclusive, que algumas unidades geradoras de energia deixarão de funcionar durante o período. A empresa determinou, ainda, a suspensão temporária da aquisição de energia proveniente de usinas eólicas por produtores independentes, sob alegação de "força maior". Adicionalmente, a empresa divulgou, na semana passada, ter sido autorizada pela Autoridade Nacional Reguladora de Energia (NERSA) a aumentar as tarifas praticadas pelo fornecimento de energia elétrica, da ordem de 8,76% para consumidores diretos, e de 6,90% para municípios. Estima-se que os municípios, os quais, segundo a legislação nacional, são os responsáveis pela provisão de serviços básicos, como água e eletricidade, devam à Eskom mais de 25 bilhões de randes (equivalentes a cerca de USD 1,3 bilhão)

Há registro de municípios que, diante das dificuldades financeiras provocadas pelo 'lockdown', suspenderam os cortes de energia por inadimplência, bem como estenderam os prazos de pagamento das contas de eletricidade por indivíduos ou por entidades privadas. Além disso, já são praticadas tarifas subsidiadas de energia em regiões mais pobres, bem como existe, desde 2003, programa nacional de alívio da pobreza que prevê a concessão gratuita de serviços básicos, como eletricidade, água e saneamento para domicílios em situação de vulnerabilidade extrema. No que se refere à energia elétrica, a iniciativa consiste na concessão de 50 kwh por mês por domicílio para atender suas necessidades básicas. A concessão é regulamentada e gerenciada pelos municípios.

Argélia

Ainda não há informações sobre eventual redução da demanda de eletricidade. A Argélia produz toda a eletricidade que consome, da ordem de 17 mil MW. Os principais efeitos da pandemia deverão ser sentidos nos programas de investimentos no setor previstos para este ano, já que o orçamento argelino para 2020 foi concebido tendo por base o preço do petróleo a US\$ 50-60/BP

O Ministério da Energia assegurou, em diversas ocasiões, a manutenção do fornecimento de eletricidade e gás residencial em todo o território. Anunciou ainda o estabelecimento de uma "célula de crise" encarregada de

monitorar os riscos associados ao Covid-19 e de pôr em operação, se necessário, o "plan pandémique", que visa a garantir a continuidade operacional das unidades de produção e dos pontos nevrálgicos das redes de distribuição de eletricidade e gás "mesmo em caso de alta taxa de absenteísmo durante potencial pico de pandemia".

A estatal Sadeg ("Société Algérienne de Distribution de l'Electricité et du Gaz", uma das 34 subsidiárias da Sonelgaz) anunciou que não interromperá, durante a pandemia, os serviços de fornecimento de eletricidade e gás em razão da falta de pagamento. Precisou, no entanto, que os consumidores faltosos são informados sobre como proceder para saldar as faturas pendentes por meio eletrônico.

Em 12/04/20, o Ministro da Energia, Mohamed Arkab, anunciou a assinatura "preliminar" de memorando de entendimento relativo ao "projet éco-énergétique Desertec" entre a Sonelgaz e consórcio internacional liderado por empresas alemãs, que visa a produzir energia renovável no Norte da África e no Oriente Médio e integrar essa produção às redes de distribuição elétrica da Europa.

Etiópia

O governo não tornou pública eventual projeção dos prejuízos estimados para a "Ethiopian Electric Power Corporation", estatal responsável pela geração e distribuição de eletricidade no país. É certo que a situação fiscal do país, cronicamente precária devido à baixa base de arrecadação de impostos, deve se complicar com o aprofundamento da crise econômica decorrente da COVID-19.

No pacote de medidas anunciado pelo governo, na esteira da declaração de "Estado de Emergência" na Etiópia, o PM Abiy Ahmed manteve a indicação de que a empresa estatal deve assegurar o fornecimento normal de energia elétrica. Entretanto, não acenou com descontos para os usuários, ou concessões para quem ficar em situação de inadimplência.

Moçambique

Moçambique conta com baixa participação privada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica. Baixa capacidade geradora e deficiências na rede de distribuição constituem constrangimentos ao desenvolvimento do país. Pandemia de COVID-19, cujos impactos sobre a economia são difíceis de mensurar, deve afetar o cronograma de projetos no setor.

Pela ausência de investimentos privados no setor elétrico e pela incapacidade financeira do Estado de financiar projetos que proporcionem a prestação de serviços a camadas mais amplas da população, apenas cerca de 30% da população tem acesso à energia, principalmente nos centros urbanos. Fica evidente, nesse contexto, o nível de constrangimentos ao desenvolvimento econômico do país, marcado por uma deficiente rede de distribuição, voltada mormente para a exportação ao mercado sul africano.

O governo moçambicano não fez até o momento estudos especificamente voltados ao impacto da pandemia de COVID-19 sobre o setor elétrico. Parece claro, entretanto, que o fechamento de fronteiras e as restrições impostas pelo "Estado de Emergência" no país - renovado por novo período de trinta dias (até o fim de maio, portanto) - reduzirão sensivelmente a atividade econômica no país, já debilitado, nos últimos anos, por uma série de crises políticas, financeiras, climáticas e de segurança pública.

A interferência do Estado moçambicano ainda desempenha papel preponderante nas decisões das empresas do setor. As tarifas cobradas são insustentáveis do ponto de vista estritamente comercial, agravando assim, no

médio e longo prazos, a capacidade financeira dos agentes envolvidos no desenvolvimento do sistema elétrico moçambicano. A estatal de eletricidade EDM, por exemplo, tem-se mantido invariavelmente deficitária nos últimos anos, o que desestimula, inclusive, a entrada de novos investidores no mercado.

Não se vislumbra, portanto, no horizonte próximo, a superação do perverso ciclo de subdesenvolvimento. Pode-se considerar, a propósito, que o adiamento de projetos de exploração de gás natural na região norte representará um dos maiores impactos da pandemia sobre a economia local. Em decorrência, o país enfrentará maiores dificuldades para o acesso a linhas de crédito externas, inclusive para financiamentos de projetos ligados ao setor elétrico.

Tanzânia

O setor energético da Tanzânia já apresentava déficits de geração de energia. Ainda não se sabe ao certo como a crise atual vai impactar o setor energético, mas é razoável supor que haverá queda da demanda no comércio e indústria. Na Tanzânia, é pequena a porcentagem da população com acesso a energia elétrica, que pode ter sido levado em conta pelo governo para, até o presente momento, não ter incluído o setor elétrico, nem seus usuários, entre os beneficiários do atual pacote de medidas econômicas.



América

Argentina

A demanda agregada de energia elétrica na Argentina caiu 15,7% (equivalente a 2.100 MW) na segunda quinzena de março, em comparação com o mesmo período de 2019. As quedas mais pronunciadas ocorreram nos setores industrial (-46,2%), alimentos, comércio e serviços (-33,3%) e petróleo e mineração (-12,7%), segundo dados da CAMMESA (Companhia Administradora do Mercado Elétrico Atacadista, na sigla em espanhol).

Analistas apontam um inexorável aumento do financiamento público ao setor elétrico, historicamente subsidiado no país. Em função do aumento abrupto da inadimplência, a CAMMESA - empresa pública que compra energia das empresas geradoras e revende-a às distribuidoras e aos grandes consumidores do mercado elétrico - solicitou ao Tesouro argentino a transferência de A\$ 35 bilhões (R\$ 2,7 bilhões) apenas para cobrir o déficit operacional relativo ao mês de abril.

O governo determinou a proibição da interrupção do fornecimento de energia elétrica, gás encanado e água aos consumidores individuais e pequenas e médias empresas, pelo período de 180 dias, a partir de 1º de março último. Podem aceder ao benefício as pessoas cadastradas em programas sociais do governo, tais como AUH ("Asignación Universal por Hijo"), autônomos, aposentados e pensionistas e beneficiários de seguro desemprego.

Até o momento, as medidas anunciadas pelo governo têm focado na mitigação dos impactos imediatos da crise pelo lado da demanda e sido dirigidas particularmente aos setores economicamente mais vulneráveis, sem que haja delineamentos claros sobre a estratégia a ser adotada no período pós-crise.

Canadá

O segmento de energia elétrica no Canadá é formado em sua grande maioria por empresas públicas provinciais, dado que a exploração de recursos naturais e energéticos é de jurisdição das províncias canadenses. Apesar de o Governo federal incentivar políticas coordenadas, sua atuação direta limita-se a, por exemplo, redes de transmissão interprovinciais.

Os dados de algumas províncias indicam queda no consumo de eletricidade. Em Ontário, o consumo de eletricidade na província caiu 10% na comparação com a média para o período e atingiu o nível mais baixo nos últimos 15 anos. Na Colúmbia Britânica, foi registrada queda de 15% no consumo de empresas e aumento de

9% no de residências. No Quebec, houve alta de 2% no consumo residencial e queda de 3% para empresas. Estima-se que, no mês de abril, a redução da atividade econômica (do consumo elétrico) seja ainda maior. Soma-se a isso a esperada redução na atividade econômica dos Estados Unidos, mercado importador do excedente elétrico do Canadá. Segundo dados oficiais, 9% do total de energia elétrica canadense são exportados para o mercado dos Estados Unidos.

Apesar dessas perspectivas negativas, não foi discutida, até o momento, renegociação de contratos entre agentes ou plano de socorro às empresas. Dada a organização do setor elétrico, formado em sua maioria por empresas públicas provinciais com superávit de receitas, especialistas não vislumbram impactos negativos substanciais até o momento.

Medidas de apoio a consumidores também são definidas pelas províncias. Na província de Alberta, famílias que tenham perdido o emprego ou tido horas de trabalho reduzidas devido às medidas de distanciamento social poderão suspender os pagamentos das contas de energia elétrica até 19 de junho. O Governo da Colúmbia Britânica, por sua vez, oferece auxílio para famílias de até CAD 477 (USD 340), o que equivaleria à conta média de eletricidade de três meses. Consumidores de mais baixa renda poderão acessar ainda o Fundo de Crise para Consumidores, e receberão até CAD 600 (USD 430). Para pequenas empresas que tenham seus negócios fechados devido às medidas de distanciamento social, não serão cobradas as faturas dos meses de abril, maio e junho. Para grandes indústrias, será possível adiar o pagamento de até 50% das faturas de eletricidade dos próximos três meses. Cortes de energia por falta de pagamento foram suspensos pelo mesmo período. No Quebec, no entanto, a empresa pública "Hydro Quebec", responsável pela energia elétrica, decidiu por não reduzir tarifas ou oferecer benefícios. Apenas suspendendo-se multas e cortes de energia por atraso no pagamento. O Governo de Ontário decidiu por não cobrar, por período de 45 dias, tarifa especial de horário de pico de consumo, o que significaria redução de até 50% na fatura de energia elétrica, segundo fontes do Governo. Na província, também foram suspensos os cortes de energia elétrica por falta de pagamento. Adicionalmente, a Associação de Energia de Ontário (AEO), que representa empresas de geração e distribuição de energia elétrica, publicou relatório em que solicita ao Governo provincial de Ontário redirecionar os subsídios de CAD 6 bilhões (USD 4,2 bilhões) anuais das faturas residenciais de energia elétrica para consumidores de baixa renda.

Em 17/04, o PM Justin Trudeau anunciou plano de investimento de CAD 750 milhões (USD 535 milhões) no Fundo de Redução de Emissões, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento sustentável, reduzir a emissão de gases de efeito estufa, e auxiliar o Canadá a atingir ou superar seus compromissos assumidos no Acordo de Paris. É possível que projetos de geração de energia elétrica por fontes renováveis e de aumento de eficiência energética sejam incluídos nesses investimentos.

Colômbia

A demanda por energia elétrica reduziu-se em 13% na última quinzena de março em todo o país, se comparado aos dados da primeira metade daquele mês, o que coincide com o início da aplicação das medidas de isolamento social no país. A queda do consumo tem sido mais marcada nas zonas de maior atividade econômica, com redução de 22% da energia consumida na Cundinamarca (departamento onde se localiza Bogotá), e de 23% em Antioquia (onde se localiza Medellín).

A Comissão de Assessoramento e Seguimento da Situação Energética, liderada pelo Ministério de Minas e Energia da Colômbia, declarou, no início da quarentena nacional, não haver riscos de desabastecimento de energia elétrica no país. devido a implementação de planos de contingência para garantir a continuidade dos serviços e proteção de funcionários. O governo tem anunciado medidas para apoiar o setor elétrico, como o pagamento, aos comercializadores/distribuidores de energia e gás, dos saldos preexistentes relativos a

subsídios concedidos pelo governo sobre as faturas de consumo de energia para as classes sociais mais vulneráveis, pendentes desde o final do ano passado. Também se tem discutido a flexibilização dos contratos de energia elétrica, com vistas a não interromper a prestação do serviço de energia elétrica aos usuários como consequência da eventual inadimplência de comercializadores/distribuidores de energia elétrica, assim como adiar as obrigações de pagamento dos comercializadores de energia com outros agentes durante a situação de emergência, além de ajustar datas para realização do pagamento e para a entrega de garantias.

Desde o início da quarentena nacional, o governo colombiano iniciou esforço junto às empresas fornecedoras de energia, água e gás para reconectar lares cujos serviços estavam suspensos por falta de pagamento. A medida tem sido aplicada às residências consideradas mais vulneráveis, sem custos. O governo também tem implementado facilidades para que famílias de baixa renda possam seguir pagando suas contas de energia elétrica e outros serviços, como extensão de 36 meses, a partir do final da quarentena, para o pagamento das contas. O governo estima que mais de 60% das residências colombianas poderão beneficiar-se da medida. Recorde-se que o governo colombiano já subsidia parte da energia consumida por estes lares. Prevê-se também, o estabelecimento de possibilidade de aporte voluntário dos demais usuários, com valor adicional na fatura. A legislação estabelece, ainda, a possibilidade de que os governos locais assumam o pagamento dos serviços públicos, como energia elétrica, água e gás, das residências mais vulneráveis durante o período da quarentena nacional, com pagamento às prestadoras de serviço.

Mesmo em meio à redução da demanda por energia, a multinacional ISA, administradora do Sistema Interconectado Nacional (SIN), tem assegurado que manterá seu plano de investimentos para 2020, no valor de US\$ 1 bilhão.

Equador

Ainda que a demanda total de energia elétrica tenha diminuído 21% no período de quarentena, segundo dados oficiais, não foi anunciado, até o momento, nenhum pacote de socorro a empresas do setor elétrico. Não há, tampouco, informações sobre renegociação de contratos de fornecimento de energia elétrica entre os diversos agentes e sub-setores. Ressalte-se, ainda, que o governo redirecionou para o combate à Covid-19 empréstimo de US\$ 250 milhões obtido do BID destinado, inicialmente, a projeto de conexão elétrica com o Peru.

No tocante ao apoio aos consumidores, o governo concedeu benefícios a cerca de dois milhões de cidadãos, que pagam a chamada "tarifa de dignidade", isto é, famílias de baixa renda que consomem menos de 110 kw/h por mês na região da Serra e menos de 130 kw/h nas regiões da Costa, Amazônia e ilhas Galápagos. Esses indivíduos só terão que pagar as tarifas de energia elétrica referentes aos meses de abril e maio deste ano a partir de junho, e poderão dividir o pagamento em 12 parcelas. A tarifa reduzida a que eles têm direito será mantida mesmo que o limite máximo de consumo seja ultrapassado durante o período de quarentena. Esses mesmos benefícios também serão concedidos a proprietários de pequenos negócios e artesãos. Adicionalmente, o governo informou que não haverá cortes de energia no caso de falta de pagamentos relativos a consumo residencial durante o período de quarentena.

EUA

A Administração de Informação Energética dos EUA (EIA) projetou uma queda no consumo elétrico dos EUA, em 2020, da ordem de 4,7% no comércio, 4,2% na indústria e 0,8% nas residências. Neste último setor, uma diminuição mais acentuada no consumo, prevista anteriormente em razão de condições climáticas amenas (inverno e verão menos rigorosos), acabou sendo contrabalançada pelo aumento da utilização de energia

doméstica, derivada do teletrabalho e das "stay-at-home orders". A diminuição do consumo deverá provocar uma redução na geração elétrica, de cerca de 3%.

As medidas do governo voltadas ao setor elétrico tem-se concentrado em questões de segurança, confiabilidade no abastecimento e alívio regulatório ("regulatory relief"). Entre essas últimas, cabe destacar: deduções fiscais ("cost recovery") e dilatação de prazos para a apresentação de relatórios obrigatórios por parte dos prestadores de serviços. Nota-se, contudo, o respaldo de setores do governo e do Congresso a pedidos pontuais de auxílio emitidos pelo setor privado, por exemplo a demanda das prestadoras de serviço de eletricidade, gás natural e água para que o banco central estenda o acesso a linhas de crédito de curto prazo conhecidas como "Commercial Paper Funding Facility". A Associação Americana de Energia Eólica (AWEA, em inglês) e a Associação de Indústrias de Energia Solar (SEI, em inglês) vêm demandando a prorrogação de benefícios tributários para a construção de projetos de energia renovável, iniciados em 2016 e 2017, que expiram neste ano, tendo em vista a suspensão das obras por força da pandemia.

As mudanças no consumo e na geração deverão reduzir os preços da eletricidade nos EUA, junto com a queda nos preços do gás natural. No entanto, estima-se que essa mudança não chegará a ser repassada ao consumidor final no curto prazo.

Segundo as estimativas da EIA, metade da nova capacidade de geração elétrica dos EUA prevista para entrar em funcionamento a partir do segundo trimestre de 2020 será adiada (um quarto, no terceiro trimestre). A maior parte desse incremento seria correspondente a fontes renováveis, sobretudo solar e eólica.

México

No México, a suspensão de atividades não essenciais, em decorrência da pandemia de COVID-19, provocou o fechamento de fábricas e lojas e o aumento do teletrabalho. Como resultado, houve diminuição do consumo de energia pela indústria, e aumento por parte das residências. No agregado, há queda de 25% da demanda por eletricidade.

Inicialmente, a Comissão Federal de Eletricidade (CFE), estatal mexicana que produz 56% da eletricidade do país, anunciou que não haveria extensão de prazos de pagamento ou o perdão de dívidas em atraso. Diante da repercussão negativa, o governo mexicano optou por congelar as tarifas de eletricidade para consumidores de baixa renda. Adicionalmente, alguns estados da federação fizeram acordos com a CFE para subsidiar 50% da tarifa.

Diante das crescentes críticas à falta de medidas de apoio econômico, o governo publicou decreto determinando que, enquanto durar a pandemia, a CFE não reclassificará a tarifa de energia dos consumidores. Ou seja, mesmo que aumentem seu consumo, pequenos consumidores não pagarão a sobretaxa de "alto consumo". Outra medida de apoio foi a subscrição de convênios com os estados de Tabasco e Yucatán para concessão de desconto de 50% na conta de luz de consumidores carentes. Nesse caso, o governo estadual seria responsável pelo pagamento dos outros 50% da conta de luz. É provável que outros estados negociem convênios semelhantes.

A administração López Obrador busca restaurar o protagonismo estatal no setor de energia, considerado estratégico. Apesar da crise econômica causada pela COVID-19, o governo mexicano tem sido temerariamente reticente a alterar seus planos para o setor energético e para economia, adotando, até o momento, medidas que visam a minimamente afetar a operação financeira da CFE e permitir manter o plano de investimentos da companhia, a fim de o protagonismo estatal no setor. A diminuição da demanda elétrica e a crise econômica decorrentes do coronavírus não parecem, portanto, ter alterado os planos do governo de investir US\$ 3 bilhões, nos próximos quatro anos, para aumentar a participação da CFE na geração de energia.

A matriz energética mexicana depende principalmente de fontes não renováveis de energia: gás natural (50%), petróleo (13%) e carvão (9%). Do pouco menos de 30% provenientes de energias limpas, a principal fonte são as hidrelétricas (10%). Nesse contexto, a redução dos preços do petróleo e de seus derivados implica diminuição do custo de geração de energia. Em conjunto com a diminuição da demanda, esses menores custos de gás e de petróleo devem contribuir para ainda maior degradação da composição da matriz energética mexicana, aumentando a já alta participação de combustíveis fósseis.

Paraguai

O governo anunciou políticas de exoneração e parcelamento das contas de energia elétrica. Não adotou, porém, pacotes de ajuda às empresas do setor elétrico no curto prazo. Como se sabe, o sistema elétrico paraguaio é bastante singular. A ANDE, estatal do setor, detém virtual monopólio de geração, transmissão e distribuição. A ANDE é ainda a representante paraguaia nas duas usinas binacionais (Itaipu e Yacyretá), que respondem por quase a totalidade da oferta de energia elétrica do país.

Em março, a demanda por energia elétrica manteve-se em patamar elevado, a despeito das primeiras medidas de quarentena terem sido implementadas ainda na primeira quinzena do mês. À primeira vista paradoxal, tal resultado explica-se pelas temperaturas relativamente elevadas no mês e pelo fato de o consumo residencial responder por boa parte da demanda nacional.

Devido ao próprio formato do sistema elétrico paraguaio - virtual monopólio estatal-, não há registro de renegociação de contratos entre os diversos subsetores. Embora tal possibilidade não tenha sido veiculada publicamente, não se pode descartar que, a depender da evolução da demanda paraguaia e da geração de energia elétrica de Itaipu, a ANDE solicite no futuro próximo a revisão de seu cronograma de contratação de energia de Itaipu. Vale registrar, ademais, que, no âmbito das políticas de mitigação do impacto econômico da Covid-19, o governo paraguaio tem imposto cortes salariais aos funcionários paraguaios das usinas binacionais, bem como aos empregados da ANDE.

No tocante ao pós-crise, é possível que planos de investimento sejam adiados por eventuais dificuldades financeiras da ANDE.

Peru

No Peru, a redução da demanda por eletricidade no primeiro mês de estado de emergência chegou a 30%, segundo dados do COES, em comparação ao período-base. Como resultado da menor demanda, as centrais termelétricas, que representam um terço da capacidade instalada do país, não estão operando, já que estão sendo priorizadas fontes renováveis, que apresentam custo inferior e menor impacto ambiental. A menor demanda reduziu o preço pago pelas distribuidoras às geradoras de energia, de S/. 32,00 por MWh na véspera do início do estado de emergência para os atuais S/. 20,00 por MWh.

A maior dificuldade, no momento, é assegurar o pagamento pelos consumidores e o consequente fluxo de caixa para empresas. Em um país marcado por altos índices de informalidade econômica (mais de 70% dos trabalhadores e 85% das empresas são informais), o isolamento social imposto pelo governo afeta sobremaneira esta parcela da população, que vê seus já parcos rendimentos prejudicados.

Os consumidores domésticos tiveram garantidas condições favoráveis para pagamento das contas de luz durante o período de vigência do estado de emergência, com parcelamento em até 24 meses sem multa ou

encargos, e proibição da suspensão por inadimplência para quase metade dos lares peruanos. Esses valores serão cobertos pelo "Fundo de Inclusão Social Energética" (FISE). O órgão regulador também flexibilizou procedimentos de supervisão do combate a conexões clandestinas e exortou empresas do setor elétrico e gás natural a evitarem suspensão de fornecimento aos clientes não cobertos pela proibição.

No Peru, todos os contratos de fornecimento de energia (gerador-distribuidor, gerador, gerador grande cliente, distribuidor grande cliente) são privados. Com isto, eventuais modificações devem ser acordadas entre as partes, não sendo possível, em princípio, sua alteração por meio de uma lei. Tampouco há discussões, ao menos em público, sobre eventual adaptação dos termos contratuais entre esses atores.

Em que pese o substancial efeito na demanda de energia, a decretação do estado de emergência não parece ter afetado, ao menos por ora, os investimentos previstos em infraestrutura energética. Em 27 de março passado, o INDECOPI, órgão governamental de controle da concorrência, aprovou a compra das empresas "Luz del Sur" (distribuição de energia) e "Inland Energy" (geração) pela "China Three Gorges Corporation" (CTG). O INDECOPI impôs algumas condicionantes à compra, como a necessidade de licitações abertas para a venda de energia gerada pela Inland.

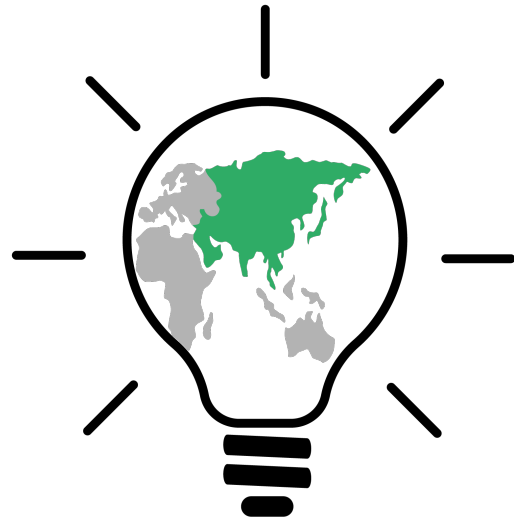
Uruguai

Segundo dados da empresa de consultoria SEG Ingeniería, teria havido redução de 13% no consumo de eletricidade na primeira semana da emergência sanitária, e pouco mais de 5% durante todo o mês de abril. A queda de demanda foi acompanhada por redução natural da oferta, devido à estiagem e suas consequências para a geração hidrelétrica.

Até o momento, o governo não anunciou pacote de socorro voltado a empresas do setor de geração elétrica. Calcula-se que, ao menos em um primeiro momento, não haja grande impacto na receita dessas empresas, pois, como parte da estratégia recente para modificar a matriz energética uruguaia e incentivar o investimento privado, o governo lançou mão de contratos de longo prazo pelos quais se comprometeu a comprar toda eletricidade gerada por particulares. Por outro lado, a estatal UTE, que detém o monopólio da transmissão e da distribuição de energia, deverá ser afetada não somente pela queda no consumo energético, decorrente das medidas de isolamento social, como também pela forte valorização do dólar, moeda de referência para os contratos de compra de energia.

O governo havia determinado, a despeito do contexto de emergência sanitária, acréscimo de 10,5% na tarifa de energia elétrica a partir de 1º de abril, pois os preços estavam muito defasados. Decidiu-se, contudo, exonerar, até o mês de maio, o pagamento do imposto sobre valor agregado (IVA) das faturas pagas na modalidade débito. Por meio de decreto, o governo federal determinou que a UTE suspendesse, até 13 de abril, os cortes no fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento. Embora a suspensão não tenha sido oficialmente estendida ao final do prazo estipulado, a UTE divulgou ter oferecido a 53 mil clientes de baixa renda a possibilidade de pagamento parcelado das faturas de abril e maio. Não foram realizados cortes de energia por inadimplência desde 13 de março. A UTE tem negociado diretamente com os consumidores o pagamento de faturas atrasadas, evitando, assim, maiores encargos e multas.

Para o setor hoteleiro, restaurantes, profissionais de gastronomia e de áreas correlatas, seriam disponibilizados planos de financiamento que cobririam as faturas de abril a novembro de 2020. A UTE deverá, ainda, oferecer, até agosto de 2020, descontos a creches, centros culturais, academias e pequenos clubes esportivos.



Ásia e Oriente Médio

China

O consumo de energia elétrica na China caiu 6,5% no primeiro trimestre do ano, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (havia recuado 7,8% no primeiro bimestre). A recuperação registrada em março não foi, entretanto, uniforme entre os setores da economia. Dados publicados no "South China Morning Post" apontam para redução de utilização de energia elétrica no setor de serviços de 8,3% no primeiro trimestre, sendo -19,8% apenas no mês de março, ante -10% em fevereiro.

A avaliação da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), entidade responsável, entre outras funções, pelo planejamento econômico e por supervisionar o setor de energia na China, é de que os impactos foram de curto prazo e já estariam sendo superados. Não foi feita provisão específica de recursos para as empresas do setor, que são, em sua grande maioria, estatais, como State Grid, Southern Power Grid, Huaneng, Datang e Huadian.

Foram implementadas medidas em benefício de clientes empresariais que tenham ficado impedidos de exercer suas atividades durante o tempo de combate à epidemia. Um exemplo é a flexibilização da possibilidade de solicitar um período de "pausa e retomada", durante o qual o fornecimento e os pagamentos são suspensos. Um outro contingente de empresas, as que tiveram que aumentar sua capacidade para cumprir a demanda por bens e serviços de controle da epidemia, puderam receber fornecimento de energia acima da capacidade contratada, em condições de preço equivalentes ao que já estava contratado. Foram também adotadas medidas para assegurar o fornecimento de energia a instalações hospitalares recém construídas ou que tenham passado por expansão, bem como reduzir os custos operacionais das mesmas (por exemplo, não cobrando as taxas relativas a serviço de "fornecimento de alta confiabilidade").

Foram implementadas algumas medidas de apoio a consumidores residenciais em decorrência da epidemia. Os exemplos apresentados foram a extensão do período de aquecimento residencial central em Pequim, pago pelo governo (com a paralisação econômica e as quarentenas, as pessoas permaneceram mais tempo em casa) e concessão de prazo adicional para os moradores de Wuhan pagarem suas contas.

A fase pós-epidemia coincidirá com a entrada em vigor de nova lei de energia, que deverá encorajar os investimentos em fontes novas e renováveis, bem como a utilização mais racional dos recursos energéticos. Um dos mecanismos que devem ser implementados é a obrigatoriedade de as províncias, regiões autônomas e municipalidades diretamente sob o governo central cumprirem uma meta de consumo de energia renovável.

O próximo plano quinquenal (14º Plano Quinquenal 2021-2025) deverá conter objetivos e diretrizes para intensificação do uso de fontes renováveis de energia e redução (ao menos relativa) de emissão de carbono, de acordo com o que já foi comentado até agora pela Administração Nacional de Energia (NEA). O plano será coordenado pela NDRC e deverá ser apresentado no Congresso Nacional do Partido Comunista da China em março de 2021.

Índia

O país encontra-se em "lockdown" desde 24 de março e o consumo médio de eletricidade teria caído entre 25 e 28%.

Foi estabelecida uma série de medidas para garantir a continuidade dos serviços associados ao setor elétrico. A principal foi a aprovação de "pacote de ajuda" às distribuidoras de eletricidade, que, antes mesmo da pandemia, já se encontravam em grave estado de endividamento. O pacote de ajuda garante (i) o fornecimento continuado de eletricidade às distribuidoras que não têm honrado suas dívidas junto às geradoras e transmissoras estatais indianas; (ii) a redução, em 50%, do pagamento de seguro obrigatório para aquisição de eletricidade junto às geradoras; e (iii) o estabelecimento de moratória de 3 meses para pagamento de dívidas e a eliminação das respectivas multas por pagamento atrasado durante o período. Até o momento, não se tem discutido a possibilidade de renegociação de contratos entre as empresas do setor elétrico local.

Não houve, até o momento, anúncio oficial do governo central indiano de apoio a consumidores, mas novo pacote poderia incluir redução tarifária. Alguns estados indianos têm adotado medidas com vistas a reduzir os gastos individuais com eletricidade.

A governança do sistema elétrico indiano é descentralizada, e cada estado, ou grupo de estados, possui agência reguladora própria. Nesse contexto, há medidas em alguns estados para atrasar o prazo de pagamento das contas de eletricidade por duas semanas, sem cobrança de quaisquer encargos, e para redução, de 2 para 1%, das multas aplicáveis após esse período; aplicar moratória de 30 dias para o pagamento das contas de consumo de energia elétrica; ou para reduzir, em 30%, o valor das tarifas para consumidores das classes de menor poder aquisitivo.

O governo central indiano tem mantido seus objetivos de ampliação da infraestrutura elétrica, em particular no que diz respeito à transição energética. De acordo com o Ministério de Recursos Novos e Renováveis, muito embora a execução de alguns projetos de instalação de usinas solares e de parques eólicos possam sofrer atrasos pontuais, a meta de atingir capacidade instalada de 175 GW de geração de eletricidade a partir de fontes limpas e renováveis até 2022 não deverá ser impactada pelo regime de confinamento.

Irã

Ainda não há informações sobre o impacto da pandemia na redução do consumo doméstico de energia. As empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica são públicas, o que explicaria a ausência de divulgação de medidas de apoio ao setor

O governo iraniano tem tomado medidas de alívio financeiro, sobretudo do lado dos consumidores. As contas de eletricidade dos últimos três meses (março, abril e maio) tanto de consumidores residenciais como industriais poderão ser pagas até o final de maio. Consumidores de eletricidade também poderão parcelar a taxa de registro de novas contas em três vezes. Com o objetivo de auxiliar no distanciamento social, algumas medidas regulatórias também foram implementadas no setor elétrico, de forma a obrigar as empresas de geração e distribuição de energia a oferecer parte de seus serviços por meio eletrônico, inclusive a abertura de novas contas.

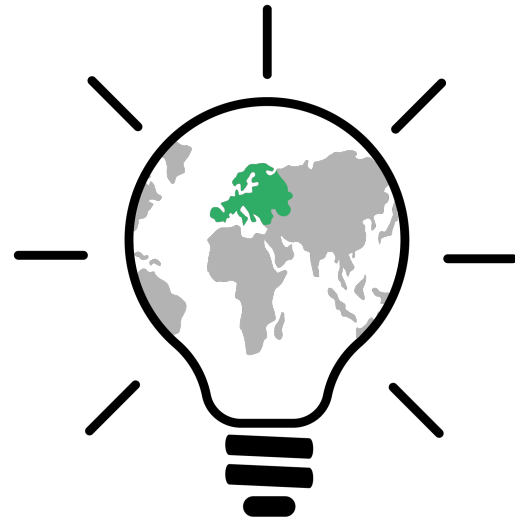
Ainda não está claro como a crise impactará os investimentos do setor. Apesar da instabilidade econômica dos últimos anos, nos quais o PIB iraniano sofreu grandes variações, a geração elétrica aumentou 20% e seu consumo em 28%, entre 2012 e 2017, de acordo com dados da Agência Internacional de Energia. O Irã exporta energia elétrica para alguns de seus vizinhos, principalmente o Iraque.

Japão

No momento atual, de "estado de emergência" declarado em apenas sete províncias, com variações nas medidas concretas adotadas localmente, o "Institute for Energy Economics, Japan" (IEEJ) projeta que a redução na demanda diária de energia elétrica dessas áreas será equivalente a 10% do total nacional no mesmo período de 2019, enquanto durarem as medidas restritivas às atividades econômicas.

Em 19 de março passado, o Ministério de Economia, Comércio, e Indústria (METI) autorizou a realização de alterações nos termos contratuais vigentes entre empresas distribuidoras e empresas transmissoras/geradoras de energia elétrica. A medida tem como elemento principal a prorrogação por, no mínimo, um mês, do prazo de pagamento das empresas distribuidoras às empresas geradoras de energia elétrica, com vistas a flexibilizar, por igual período, o prazo de pagamento dos consumidores individuais afetados (comerciais, industriais ou domésticos). Para se beneficiarem da moratória de pagamento, os consumidores devem estar qualificados para receber alguma das modalidades de subsídios emergenciais pagos pelo governo. Inicialmente, o diferimento dos prazos de pagamento ocorrerá para as faturas com vencimento em abril, mas poderá haver ampliação para os meses subsequentes, caso o estado de emergência seja prorrogado.

Os impactos para o setor de energias renováveis tenderiam a ser menos significativos, já que a decisão de mudança de matriz energética no Japão tem por lastro fatores não apenas econômicos, mas também políticos e ambientais, sendo os maiores efeitos sentidos nas termoelétricas abastecidas com gás natural e com derivados do petróleo. A retração na demanda por energia teria, portanto, impacto marginal para o cronograma e para o escopo do projeto de transição para a economia de baixo carbono no Japão. O setor de biomassa, no entanto, pode, no curto prazo, sofrer impactos negativos, decorrentes do baixo preço do petróleo no mercado internacional, já que as usinas termoelétricas que utilizam esse insumo também podem ser abastecidas por combustíveis fósseis. Nesse contexto, merece destaque a destinação de 5 bilhões de ienes de amplo pacote de estímulo econômico para programa de subsídio a instalações de geração de energia solar para autoconsumo de empresas. O programa será gerido pelo Ministério do Meio Ambiente e está condicionado ao retorno ao Japão de parte da cadeia produtiva dos insumos das empresas beneficiadas.



Europa

Alemanha

O declínio de consumo de energia elétrica na Alemanha, entre 7% e 8% em comparação com anos anteriores, é considerado moderado em relação a países europeus mais afetados pelos surtos de Covid-19. Ainda assim, a queda na demanda de energia fez com que a geração de eletricidade renovável a excedesse repetidamente, ajudando a reduzir seus preços no atacado. Conseqüentemente, o preço da energia de carga básica na Alemanha deve ficar 21% mais barato em 2020, comparado às previsões pré-crise. A turbulência nos mercados de energia causada pela crise do coronavírus afeta particularmente as usinas a carvão, que já estavam sendo gradualmente empurradas para fora do mercado no contexto da "Energiewende".

Os prazos para a implementação de projetos de geração de energia elétrica renovável (eólica, solar e de biomassa) foram estendidos por um ano, já que as cadeias de suprimento, que contam com produtos da China e da Itália, foram prejudicadas. Novos projetos para expandir a rede de transmissão de energia elétrica também devem registrar atrasos devido à pandemia. Por exemplo, a organização ambiental Associação para Conservação da Natureza da Baviera (Bund Naturschutz Bayern) solicitou oficialmente ao governo federal a suspensão de todos os procedimentos para planejamento de novas linhas de transmissão "até o fim da pandemia". Segundo a associação, a pandemia impediria "a participação pública real no planejamento da rede elétrica, necessária ao processo".

O governo federal adotou medida emergencial no setor de energia elétrica de garantia de fornecimento até junho, inclusive para consumidores inadimplentes. A nova regra, que já estava em vigor para consumidores residenciais, passou a valer posteriormente para pequenas empresas em dificuldades econômicas devido à pandemia. A associação alemã de concessionárias de energia recebeu positivamente o pacote, alertando, porém, que a nova política pode afetar significativamente a liquidez do setor.

Áustria

O consumo geral de energia elétrica tem estado entre 10% e 15% abaixo do habitual. Conseqüentemente, o índice de preço da eletricidade da Áustria para maio caiu em 3,4%, na comparação com abril, e -9,3% com relação

ao mesmo período no ano passado. Registre-se que a primavera relativamente seca reduziu a capacidade de geração hidrelétrica no Danúbio à metade do observado em 2019, tendo sido acionadas plantas termelétricas.

A situação do mercado elétrico na Áustria, no entanto, encontra-se estável, já que os maiores geradores e fornecedores de energia estão sob controle estatal. Apesar da liberalização recente do setor energético no país, apesar de numerosos, os pequenos produtores e as empresas privadas de distribuição ainda representam parcela limitada da oferta de eletricidade.

O Ministério de Meio Ambiente e Energia estabeleceu acordo para garantir a oferta desimpedida de energia elétrica e aquecimento durante a crise do coronavírus, sem cortes de eletricidade e gás por atrasos no pagamento, tanto para domicílios como para empreendedores individuais e PMEs. Em caso de dificuldades de pagamento, o usuário é instruído a contatar a fornecedora de energia, com vistas a alcançar solução amigável para o caso.

O governo austríaco planeja produzir 100% de sua energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2030, objetivo que permanece vigente apesar da crise da Covid-19. Não se discute, portanto, redução em investimentos do setor energético. O Parlamento aprovou, no contexto do pacote legislativo voltado ao combate à Covid-19, a extensão dos prazos de execução de projetos de energia renovável, salvaguardando seu financiamento em caso de atrasos gerados pela pandemia. No tocante à distribuição, a APG pretende investir, ainda em 2020, EUR 350 milhões em expansão e conversão da rede, o que constitui parte de pacote de investimentos nesse segmento para a próxima década, de EUR 2,9 bilhões.

Espanha

A queda na atividade econômica desde a declaração do Estado de Alarme na Espanha fez com que a demanda nacional por eletricidade em março fosse 4,6% menor que a registrada no mesmo período de 2019. Até meados de abril, a demanda peninsular de eletricidade era 16,2% menor que no mesmo mês no ano anterior.

O governo local lançou uma série de medidas com vistas a mitigar os efeitos econômicos da pandemia sobre as empresas do setor, entre elas a isenção do pagamento do IVA, do imposto especial sobre eletricidade e do imposto especial sobre hidrocarbonetos e acesso a garantias para crédito financeiro oferecidas pelo estado pelo valor das receitas perdidas em decorrência das medidas em vigor para o combate da COVID-19.

Enquanto durar o estado de emergência, o fornecimento de energia elétrica e de produtos petrolíferos não poderá ser suspenso em nenhum lar considerado como residência principal. As grandes companhias elétricas espanholas também estão oferecendo medidas de apoio aos seus consumidores que se encontrem em situação financeira precária. O governo espanhol também lançou o denominado "bônus social elétrico" para a população economicamente vulnerável, com descontos de 25% a 40% sobre a fatura mensal de energia elétrica. A normativa também prevê que consumidores em risco de exclusão social fiquem temporariamente isentos do pagamento da conta de luz, tendo assegurada, portanto, a continuidade do fornecimento de energia elétrica em suas residências.

Está contemplada, ainda, a possibilidade de suspensão temporária, enquanto durar o estado de emergência, do pagamento das faturas de luz para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e para profissionais autônomos, de modo a permitir alívio financeiro frente à paralisação da atividade econômica.

França

O consumo de eletricidade ficou, em média, cerca de 15% abaixo do nível em geral observado no mês de março. A queda é atribuída à diminuição ou à interrupção das atividades de indústrias, empresas e transporte, em especial os setores ferroviário e de aviação. Com vistas a ajustar a produção de energia à diminuição no consumo registrada em março, a França reduziu a geração de energia hidrelétrica e nuclear. Esta última foi, em março, 13,8% menor do que no mesmo período de 2019.

Controlada pelo Estado, a maior geradora e distribuidora de energia do país, a "Électricité de France" (EDF), adotou ações para garantir o fornecimento de eletricidade em meio à pandemia de COVID-19. A companhia implementa, desde março, seu "Plano Pandemia", elaborado em 2000 e atualizado em 2003 e em 2009, com a disseminação dos vírus SARS e H1N1, respectivamente. O Plano prevê recurso ao desempenho remoto de atividades e à redução da força de trabalho em todos os locais de produção de energia nuclear, hidrelétrica e térmica. Permitiria, ademais, garantir a produção de energia com 25% da força de trabalho ausente por doze semanas ou com 40% do pessoal ausente por três semanas. O "Plano Pandemia" inclui, também, medidas como o uso de máscaras, novas rotinas de higiene de equipamentos e de instalações e mudanças em alguns procedimentos para evitar aglomerações e o contágio do vírus entre os trabalhadores. A EDF, em comunicado de 23/3, assinalou, também, que a queda na demanda por eletricidade deverá ter "impacto financeiro relativamente limitado nas atividades de fornecimento e distribuição".

Não houve, até o momento, anúncio de apoio financeiro específico às empresas do setor elétrico. A queda no preço da energia, no entanto, deverá repercutir junto aos distribuidores de eletricidade (sobretudo os de menor porte) que comprem energia nuclear da EDF a preço fixo, atualmente muito maior do que o vigente no mercado.

Em 1/4, o governo francês anunciou medidas para beneficiar o setor de geração de energia elétrica renovável durante a crise. Tais dispositivos incluem a extensão de prazos de projetos no setor, manutenção, por três meses, de tarifa mais favorável para a compra de eletricidade de pequenos projetos fotovoltaicos em telhados e o adiamento, para o segundo semestre de 2020, de licitações já previstas, com o objetivo de conferir maior tempo de preparação às empresas interessadas.

O governo francês também adotou medidas direcionadas aos consumidores. Segundo projeto de lei submetido ao Parlamento, microempresas em dificuldades poderão solicitar a suspensão das contas de gás e eletricidade, as quais poderão ser pagas posteriormente (tal prazo, contudo, ainda não foi definido). Serão elegíveis empresas que tenham menos de dez funcionários, faturamento inferior a um milhão de euros e que tenham sofrido paralisação ou redução de suas atividades em pelo menos 70% (em comparação com o mesmo período de 2019).

Consumidores particulares não poderão, mesmo inadimplentes, ter seu fornecimento de gás e eletricidade interrompido até 31/5. Serão igualmente enviados a cerca de 5,5 milhões de residências os chamados "cheques energia", benefício de, em média, 150 euros, destinado ao pagamento das contas de eletricidade e gás.

O governo busca sinalizar que segue comprometido com a transição energética e o estímulo às energias renováveis. Nesse sentido, a ministra Borne adiantou que investimentos em 288 projetos eólicos e fotovoltaicos deverão produzir 1.700 MW.

Itália

Em relatório publicado no dia 17 de abril, a Terna, empresa de capital misto responsável pela gestão das linhas de transmissão na Itália, informou que a demanda por eletricidade no mês de março foi de 23,7 bilhões de kWh, o que equivale a uma redução de 10,2% em relação ao mesmo mês de 2019, sendo superior no norte do país.

O setor elétrico italiano é organizado em torno de grandes e sólidas empresas, com forte participação estatal. Seus operadores têm se mobilizado para garantir a continuidade da prestação desse serviço público, considerado um "bem primário", inclusive pela constituição de comitês de crise, responsáveis por reorganizar o ambiente de trabalho, de modo a preservar a saúde de seus funcionários.

As medidas de auxílio estatal têm-se concentrado nos setores mais afetados pela crise, seguindo uma ordem de prioridades que, até o momento, não contemplou as empresas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Apesar disso, foram prorrogadas, para outubro de 2020, das concessões de exploração, em nível regional, de recursos hídricos para hidrelétricas.

Apesar de pouco dispor sobre as empresas do setor elétrico, o pacote econômico do governo inclui medidas de apoio aos consumidores, sobretudo os de baixa renda. Desde o início da crise, a Autoridade de Regulação para Energia, Redes e Meio Ambiente - ARERA, que, na Itália, exerce função de agência reguladora do mercado de energia elétrica, vem implementando ações para aliviar o impacto da Covid-19 sobre a população, como a suspensão, em todo o território nacional, de qualquer interrupção no fornecimento de água, luz e gás, por inadimplência de famílias ou pequenas empresas. Além disso, a ARERA notificou as empresas fornecedoras para que estabeleçam sistema de parcelamento de dívidas pendentes de clientes, com a primeira prestação a ser paga após o mês de julho. Permanece válido programa de "bônus" sobre as contas de luz, gás e água, por meio dos quais são garantidos descontos a pessoas com dificuldades econômicas, deficiência física ou famílias numerosas. O programa, criado antes da crise, é administrado pela ARERA, em parceria com os municípios. Some-se a isso a redução da tarifa de luz em 18,35%.

Não obstante a situação de calamidade sanitária nacional, a empresa Terna, controlada indiretamente pelo governo italiano, publicou, em 8 de abril, novo e ambicioso plano decenal de investimentos, o "Plano de Desenvolvimento de 2020". Segundo anunciado, mais de 14 bilhões de euros serão investidos para o desenvolvimento e a modernização da rede nacional de transmissão de eletricidade, na próxima década. O objetivo é de realizar a transição energética e incentivar a plena integração de fontes renováveis. O plano representa aumento dos investimentos da ordem de 7% em relação ao anterior.

A distribuidora de energia elétrica Enel, por vezes indicada como a maior empresa da Itália, também tem mantido seu cronograma de investimentos. Em 3 de abril, foi anunciado plano para ampliar sua participação de 62,3% para 65% na Enel Américas, subsidiária chilena encarregada das operações do grupo na América do Sul. Recordo que, em termos societários, a Enel Brasil ainda opera como filial da Enel Américas, apesar de planos para separar as duas empresas. Mesmo em meio à emergência sanitária, empresas do setor de eletricidade têm apresentado projetos de investimento em transição energética. As empresas Terna e Snam renovaram, em 15 de abril, Memorando de Entendimento para colaboração em pesquisa, desenvolvimento e inovação sobre possíveis convergências entre os sistemas elétrico e de gás (centrais "dual fuel", entre outras). No entanto, em vista das dificuldades impostas pela crise sanitária, os objetivos nacionais de eficiência energética foram postergados, de 31 de maio para 22 de julho de 2020, para todas as empresas distribuidoras de energia elétrica e gás.

Adicionalmente, foi estabelecido programa intitulado "1 kwh pelo país", para que pessoas ou empresas já beneficiadas por subsídios públicos para a instalação de painéis fotovoltaicos possam doar parte da energia solar produzida para apoio ao enfrentamento da crise. Para cada quilowatt hora de energia solar cedido, serão doados dez euros para o Departamento de Proteção Civil italiano. A campanha deverá ser estendida a todos os operadores de energia elétrica de fontes renováveis.

Países Baixos

Antes da pandemia de COVID-19, os preços da energia nos Países Baixos já registravam tendência baixa, à luz do inverno ameno e do crescimento da produção de energia eólica. A paralisação parcial das atividades econômicas, com uma queda na demanda entre 5 e 10%, o início de março acentuou essa tendência. De acordo com dados do Escritório de Estatística Neerlandês, desde o início do ano, o preço médio da eletricidade caiu 11,3%.

O governo propôs adiar a cobrança de tributos que incidem sobre o consumo da eletricidade e do gás natural para empresas em certas faixas de consumo, nos meses de abril, maio e junho de 2020. Não há notícia, até o momento, de medidas com o intuito de resgatar empresas do setor de geração e distribuição de energia no curto prazo. Tampouco foram anunciadas ações de renegociação de contratos de fornecimento de energia elétrica entre os diversos agentes e sub-setores (geração, transmissão, distribuição), ou planos de retomada de investimentos pós-crise (vinculados ou não a avanços na transição energética, com priorização, por exemplo, de fontes de baixo carbono e/ou ganhos de eficiência energética).

De abril a junho, alguns consumidores poderão se beneficiar de isenção de cobrança de imposto e a sobretaxa para energia sustentável em suas contas de luz. O governo, ademais, buscou conseguir junto às distribuidoras de energia elétrica e gás natural outras facilidades para consumidores não beneficiados pelas medidas anteriores, como o oferecimento de acordo para pagamento da dívida, o ajuste temporário do valor da cobrança ou a aceitação de nova data de vencimento da cobrança.

Portugal

A queda de consumo de energia elétrica após a declaração de estado de emergência teria sido de 8%, em comparação com o mesmo período de 2019. Foram emitidos decretos a fim de garantir o suprimento de energia elétrica, considerado serviço essencial. Os operadores de rede devem dar prioridade a ações que garantam o fornecimento de energia a hospitais e demais instalações de saúde, para além de unidades dedicadas à segurança pública e à proteção civil.

O procedimento para novos licenciamentos relacionados a fornecimento de energia elétrica foram prejudicados, com a interrupção de prazos procedimentais e o congelamento de novos pedidos relacionados a: (1) capacidade de recepção elétrica; (2) registros de unidades de pequena produção, ou de produção para autoconsumo; (3) licenças de produção de energia elétrica; e (4) licenças para infraestruturas de rede

As tarifas foram reduzidas, com estimativa de diminuição de 3% no valor das faturas residenciais. Pagamentos em atraso não terão juros cobrados por 30 dias, abrindo-se também a possibilidade de pagamento fracionado da conta.

Reino Unido

Em comparação com o início do mês de março, a demanda por eletricidade no Reino Unido já registrou queda de 24%. Como resultado, o país ficou, pela primeira vez, sem queimar carvão por três semanas ininterruptas. Até o momento, não se sabe se haverá pacote setorial específico ou se as empresas de energia deverão recorrer ao pacote geral de socorro econômico do governo britânico. O governo afirma continuar engajado com o setor de energia para entender como os fornecedores e os consumidores podem receber mais suporte governamental.

Nesse sentido, o governo britânico anunciou acordo firmado com as empresas de energia (eletricidade e gás) para assegurar que não haja interrupção no fornecimento residencial aos consumidores durante o período de

isolamento ("lockdown"). A medida faz face ao aumento estimado para os próximos meses na demanda residencial por energia e tem por objetivo proteger os grupos mais vulneráveis financeiramente, os quais poderiam ter dificuldades para arcar com custos mais elevados em cenário de incerteza econômica. Temendo os impactos financeiros desse processo, a Energy UK, entidade que representa os fornecedores de eletricidade e gás, procurou o governo para propor que seja estabelecido pacote de £100 milhões por mês em empréstimos às empresas do setor.

As fornecedoras de energia ficam proibidas de desconectar quaisquer medidores pré-pagos durante a vigência do acordo. O governo estima que a medida poderá beneficiar mais de 4 milhões de consumidores. O acordo também prevê medidas de flexibilidade para consumidores com planos pós-pagos. Pessoas que alegam dificuldades econômicas ("financial distress") em decorrência da pandemia de Covid-19 poderão ter suas faturas recalculadas e reduzidas. Além disso, as prestadoras também se comprometeram a interromper temporariamente a cobrança de consumidores em situação de maior vulnerabilidade ou oferecer-lhes planos parcelados de pagamento.

Rússia

No contexto da pandemia de COVID-19, o Ministério da Energia da Rússia criou grupo de trabalho para monitorar grupos empresariais estratégicos dos setores de óleo e gás, carvão e energia elétrica, a fim de detectar riscos à solvência das empresas e elaborar propostas de apoio.

Foram anunciados subsídios à população de baixa renda e desempregados no contexto da pandemia de COVID-19, bem como às pequenas e médias empresas nos setores mais afetados pela crise.

União Europeia

As medidas de confinamento impostas ao longo das últimas semanas, em resposta à pandemia do COVID-19, levaram a significativa queda da demanda por eletricidade em todos os estados membros da UE. De maneira geral, segundo a consultoria EnAppSys, teria ocorrido uma queda de 27% da demanda por eletricidade na UE entre a primeira semana de fevereiro e o final de março.

Conforme o Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFEU), a UE e seus estados membros possuem competência compartilhada na área de energia. Cumpre à UE, especificamente: garantir o funcionamento do mercado de energia e a segurança de abastecimento do bloco; promover a eficiência energética, o desenvolvimento de fontes novas e renováveis de energia e a interconexão das redes energéticas. O TFEU estabelece, não obstante, que os estados membros retêm "o direito de determinar as condições para a exploração de seus recursos energéticos, suas escolhas entre distintas fontes de energia e a estrutura geral de seu suprimento de energia". Nesse sentido, a Comissão Europeia não ainda não adotou medidas especificamente voltadas para mitigar os impactos da pandemia no setor energético.

Tendo sido abordadas apenas questões de caráter emergencial, ainda não houve anúncio de planos de retomada de investimentos pós-crise. No contexto de uma expectativa de tendência de salto das emissões após transcorrida a crise atual e receio de que futuros planos de recuperação possam relegar a questão ambiental a um segundo plano, eurodeputados de diversos agrupamentos políticos lançaram chamado para mobilização da sociedade em prol de uma "recuperação verde" da economia europeia. O manifesto soma-se à iniciativa de ministros das pastas de Meio Ambiente de 13 estados membros da UE de colocar um "European Green Deal" como elemento central da recuperação da economia europeia pós-COVID-19.

Análises e recomendações de organizações Internacionais

AIE

A Agência Internacional de Energia (AIE) publicou, em 30 de abril, o relatório "Global Energy Review 2020", com foco nos impactos da pandemia COVID-19, considerada uma "once-in-a-century crisis", tanto no que se refere ao consumo de energia quanto às emissões de CO₂. Como esperado, houve forte queda de energia no mundo no primeiro trimestre deste ano, já que o crescimento expressivo do consumo residencial de energia não foi suficiente para compensar a redução de consumo na indústria e no setor de serviços. Segundo os dados colhidos pela OCDE em cerca de 30 países (que respondem por 2/3 da demanda global de energia), o primeiro trimestre de 2020 registrou uma queda total de 3.8%. Em meados de abril, foram registradas, em média, queda de 25% da demanda em países em confinamento total e 18% nos países com confinamento parcial.



A redução do consumo no primeiro trimestre afetou todas as fontes energéticas para geração elétrica, à exceção das renováveis. Pela primeira vez, fontes de energia de baixo teor de carbono passaram a dominar a matriz de energia, confirmando tendência de crescimento registrado em 2019, com o crescimento de 1.5% da demanda de renováveis e crescimento da geração de energia eólica e solar, menos permeáveis à demanda e beneficiadas por investimentos importantes realizados nos últimos anos. No caso de carvão, com queda de 8%, a demanda foi duramente afetada pelas medidas de confinamento adotadas na China e Índia, que respondem por boa parte do consumo mundial do produto. Somada aos preços mais competitivos do gás natural no período, a situação resultou em uma "tempestade perfeita", levando a quedas drásticas de consumo e fechamento de usinas. Nota-se que a queda do preço do gás natural já vinha sendo observada em alguns países, em função do inverno brando no hemisfério norte. O relatório ressalta a consequente forte redução dos níveis de emissão de CO₂ (5% de redução comparado ao primeiro trimestre de 2019), atribuída principalmente à diminuição do uso de carvão. Segundo o relatório, os níveis de emissão no primeiro trimestre seriam os menores na última década.

A partir desses dados, que deverão ser atualizados pela AIE regularmente, o relatório faz algumas projeções para o ano de 2020, deixando claro, contudo, o ambiente de incertezas relacionado à pandemia e ao ritmo da recuperação das economias e, conseqüentemente, seus reflexos sobre o setor de energia. A expectativa da AIE, contudo, é de que, a exemplo do que foi verificado na China, a flexibilização gradual das medidas de confinamento leve a um natural crescimento da demanda de energia em função da retomada das atividades econômicas.

Na avaliação da AIE, o cenário mais provável é de uma retomada gradual, com importantes diferenças regionais e setoriais, em termos de ritmo e alcance da recuperação. Partindo de um cenário de potencial contração do PIB em 6%, a AIE prevê uma retração de até 5% no uso de eletricidade (chegando a 10% em algumas regiões), sendo 9% em petróleo, 8% em carvão, 3% em nuclear e 2-3% em gás natural (maior queda desde 2009, afetando todos os usos). Caso a recuperação da atividade no setor de transportes e construção seja mais lenta do que

esperado, o mercado de biocombustíveis poderia ser consideravelmente afetado. Há riscos igualmente de que, na ausência de políticas de incentivo claras, investimentos em energias renováveis sejam comprometidos. Em qualquer cenário, a AIE está trabalhando com a perspectiva de que haja um recrudescimento da emissão de CO₂, que poderia inclusive superar a queda de 8% atual, a exemplo do que ocorreu em crises anteriores. Tem insistido, nesse contexto, em que os países tenham presente, na definição das estratégias de saída da crise, a importância de privilegiar o investimento em energias limpas, de modo a garantir que os esforços atuais em prol da transição energética não se vejam inviabilizados pelas políticas de incentivo à recuperação da economia.

Por fim, caso as projeções de queda da demanda em 2020 se confirmem, o setor de energia se veria afetado duplamente, com a queda da demanda assim como dos preços, o que poderia afetar a realização de investimentos para garantir o suprimento no médio e longo prazos.

IRENA

Em abril, a IRENA lançou o documento "Call to Action in response to COVID-19: Renewable Energy is a key part of the solution", no qual recomenda que se a) revisitem prazos para os projetos de energia renovável que têm obrigações contratuais de entrega no curto prazo; b) designe o setor de energias renováveis e a infraestrutura relacionada como crítica e essencial; c) reafirmem e estendam as políticas que promovem soluções de energias renováveis, tanto centralizadas como descentralizadas; d) priorize a energia renovável em quaisquer medidas de estímulo, inclusive com compromisso de gradual eliminação dos combustíveis fósseis; e) forneça apoio financeiro público para salvaguardar a indústria e mobilizar o investimento privado em energia renovável; f) aumente o papel das energias renováveis em políticas industriais; g) revisem as políticas de trabalho e de educação para fomento da transição energética, inclusive apoiando a realocação no setor de energias renováveis; h) fortaleçam a cooperação e a ação internacional para acelerar o desenvolvimento de energias renováveis em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável.